

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PRÁTICA SOCIAL EM CONSONÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Aiany Ruth Silva de Assis¹
Manoel Rodrigues Chaves²
Comunicação Oral
GT: Geografia

RESUMO

A pesquisa busca novos caminhos para compreender como está sendo trabalhada a Educação Ambiental nas escolas, em consonância com a legislação educacional brasileira que propõe conhecimentos em função de sua importância social, do seu significado para os alunos e de sua relevância para a sobrevivência humana, exigindo assim, ações pedagógicas práticas.

A Educação Ambiental enquanto disciplina leva os alunos a terem uma mudança de atitudes, uma consciência a respeito dos problemas ambientais que pode comprometer a vida das futuras gerações e ações voltadas para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente podem contribuir para o crescimento sócio-ambiental.

O educador ambiental na escola necessita, assim como o aluno, apreciar e valorizar o trabalho que está se propondo a realizar. Esse professor deve se especializar mediante leituras na área, participando de encontros, adquirindo um conhecimento sólido para trabalhar de modo pertinente os conteúdos da área e com metodologias adequadas para o desenvolvimento do conhecimento e de atitudes críticas sobre a realidade socioambiental.

A questão da educação para o meio ambiente é uma abordagem multidisciplinar, todo o quadro pedagógico das escolas devem contribuir para a promoção de uma nova área do conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não-formal, com a finalidade de sensibilizar a população para os cuidados ambientais.

É necessário desenvolver relações solidárias de respeito e comprometimento com o meio ambiente em sua totalidade, bem como, modificar o modo de gerenciar os recursos disponíveis no planeta, pois os conflitos naturais de diversas percepções a respeito do meio ambiente exigem uma maior compreensão acerca dos interesses socioeconômicos, considerando-se a oscilação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: educação ambiental, políticas educacionais, prática social.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão
Departamento de Geografia – Geografia e Ordenamento do Território
aianyassis@yahoo.com.br

² Professor Doutor do Instituto de Geografia
Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão
Departamento de Geografia – Geografia e Ordenamento do Território
manoelufg@gmail.com

INTRODUÇÃO

A questão ambiental ocupa contemporaneamente importante espaço na chamada “subpolítica” ou política do cotidiano e o debate sobre o conceito de meio ambiente é extenso, porque além do aspecto material de preservação da vida, inclui também valores filosóficos, religiosos e éticos. Sabe-se que a cultura do campo é a base de trabalho para diversas comunidades, logo, foi possível que essas comunidades construíssem seus próprios conceitos referentes ao conhecimento e utilização do meio ambiente. Para mudar esse cenário em que se enxerga como natureza somente o que se planta e colhe, é necessário mais conhecimentos sobre o meio em que vive.

Há divergências sobre o que vem a ser meio ambiente e, principalmente, sobre a relação consciente com a natureza. Desde os anos 1960 estão se levantando grandes movimentos acerca da sua preservação, conservação e recuperação e entre esses movimentos está a Educação Ambiental (EA). Trata-se de uma educação que busca a consciência crítica que permeia o entendimento e a intervenção de todos os setores da sociedade, encorajando o surgimento de um novo modelo de sociedade, em que a preservação dos recursos naturais seja compatível com o bem-estar socioeconômico da população.

Apesar da Conferência de Tbilisi, na Geórgia (URSS), em 1977, ter demonstrado os objetivos, os princípios, estratégias e recomendações para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) no mundo e da Constituição Brasileira de 1988 (Capítulo VI, Art. 255, parágrafo 1, item VI) definir que cabe ao Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Institucionalizada no Brasil em 1981, já era trabalhada mesmo sem que se percebesse, com o compromisso de construir soluções para questões ambientais, projetar ambientes que se façam socialmente justos e ecologicamente equilibrados.

Em 1999 foi instituída a lei nº 9.795, responsável pela Política Nacional de Educação Ambiental, mas esta ainda não se desenvolveu o suficiente para ser capaz de honrar esse compromisso. Além disso, as noções centrais de meio ambiente, sustentabilidade e biodiversidade não apresentam a coesão e a interdependência que são necessárias para compreender melhor as questões ambientais.

Com o embasamento teórico qualitativo de alguns autores e/ou estudiosos sobre o tema, podendo citar Loureiro (2007), Dias (2003), Seara Filho (1987), Effting (2007),

Quadros (2007) discutiremos sobre a Educação Ambiental enquanto uma prática social que estimula a reflexão crítica, a busca de soluções e a ação racional sobre os problemas socioambientais com atuação dentro e fora do ambiente escolar e que é necessário seguir algumas diretrizes e tomar ciência a respeito das políticas educacionais que regem a Educação Ambiental nas instituições escolares brasileiras.

JUSTIFICATIVA

A finalidade básica da pesquisa reside na produção ou consolidação de conhecimento novo. Supõe que seja conduzida com rigor, perspectiva crítica e com fundamentação teórica e metodológica consistente (LUNA, 2002). Refletir criticamente sobre os caminhos trilhados abre perspectivas para novas experiências e possibilidades.

Uma das formas de se chegar a uma Educação Ambiental efetiva nas escolas é levar o aluno a ter conhecimentos biológicos sobre os conceitos e valores que se deve ter ao meio ambiente, preocupando com a questão da sustentabilidade da vida, essencial para a sobrevivência e desenvolvimento das espécies. (SATO *et al*, 2005)

Segundo Lima (1984), a questão da educação para o meio ambiente é uma abordagem multidisciplinar para nova área de conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não-formal, com a finalidade de sensibilizar a população para os cuidados ambientais.

A Educação Ambiental visa, em nível interdisciplinar e extra-escolar, estimular vivências que poderão nortear as reações futuras da população humana, derrubando mitos, preconceitos e posturas responsáveis pela atual mutilação da biosfera. (GUIMARÃES, 2007) Deve-se adotar uma postura interdisciplinar, utilizando conteúdos específicos de cada disciplina procurando analisar a problemática ambiental através de uma visão global e equilibrada.

O educador ambiental na escola necessita, assim como o aluno, apreciar e valorizar o trabalho que está se propondo a realizar. Esse professor deve se especializar mediante leituras na área, participando de encontros, adquirindo um conhecimento sólido para trabalhar de modo pertinente os conteúdos da área e com metodologias adequadas para o desenvolvimento do conhecimento e de atitudes críticas sobre a realidade socioambiental.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Discorrer sobre os fundamentos da Educação Ambiental, reconhecer o processo histórico evolutivo de suas políticas público-educacionais.

Objetivos específicos

- a) Identificar e compreender conceitos, objetivos e princípios da Educação Ambiental;
- b) Discorrer sobre a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil e no Ministério da Educação;
- c) Relatar sobre a importância das práticas desenvolvidas nas escolas para levar os alunos à conscientização dos problemas ambientais.

METODOLOGIA

De acordo com Luna (1996), a pesquisa visa à produção de conhecimento novo para o preenchimento de lacunas numa dada área do conhecimento sobre as quais não há informações ou estas são insuficientes. Sendo assim, para se chegar a novas respostas faz-se o uso de metodologias, que devem possibilitar e facilitar o alcance dos objetivos propostos.

Considerando-se as expectativas e os aspectos que deveriam ser desenvolvidos na EA, de acordo com as necessidades da instituição e respeitando a legislação ambiental. Os educadores e educandos devem ter em mente a concepção que têm da conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e as maneiras de adequar estes conceitos à realidade de cada instituição de ensino.

No trabalho de observação das instituições escolares devem ser avaliados aspectos como recursos hídricos, sistema de tratamento de água e esgoto, pavimentação, arborização, área de lazer, tipo de solo, reservas ecológicas, indústrias existentes (e o impacto ambiental dessas indústrias).

Ao observar esses aspectos, deverão ser identificados problemas de responsabilidade individual como: pichações, depósito de lixo em locais não apropriados, despejo de esgoto doméstico em vias públicas e em corpos d'água, destruição de reserva ecológica, dentre outros, e de âmbito escolar, tais como: depredação de carteiras, de banheiros e de equipamentos, com o objetivo de constatar se questões de cunho ambiental está sendo trabalhado nas instituições de ensino.

Mesmo tendo a clara concepção de que essa observação por si só não é suficiente para entender uma realidade, mas é indispensável na tentativa de estabelecer um vínculo entre a realidade da instituição e a realidade dos alunos na perspectiva de uma sensibilização que possibilite a transcendência do conhecimento.

A proposta de uma pesquisa qualitativa, que se aplica na busca de novos caminhos alternativos para compreender como está sendo trabalhada a Educação Ambiental que, aliada à interdisciplinaridade pode influenciar, sobretudo, no que se refere à construção de novos paradigmas de vida para as pessoas.

Dessa forma, e observando a necessidade imperiosa de recursos e metodologias instrucionais de Educação Ambiental em toda e qualquer escola e a grande indisponibilidade de materiais didáticos na grande maioria das escolas públicas brasileiras, é que surgiu o interesse de uma verificação objetiva e sucinta acerca dessa deficiência real no tratamento da Educação Ambiental, considerando-se que a abrangência dessa modalidade de educação não deve ser meramente ecológica.

DISCUSSÃO TEÓRICA

O modo como o homem vem utilizando os recursos naturais de forma inadequada tem levado a muitas consequências, sobretudo para o meio ambiente que cada vez mais vem sendo degradado, onde o ser humano tem visado apenas o lucro em detrimento da degradação ambiental. Diante dessa situação, se faz necessária uma educação ambiental que conscientize as pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter acesso a uma melhor

qualidade de vida, mas sem desrespeitar o meio ambiente, tentando estabelecer o equilíbrio entre o homem e o meio. (MEDEIROS, *et al*, 2013)

A busca por alternativas de soluções para os problemas ambientais mundiais é antiga, mas foi em 1863 que surgiram algumas literaturas oficiais sobre a relação do homem com o meio ambiente. Nas décadas de 1950/60, o homem impulsionado por grandes avanços tecnológicos, ampliou a capacidade de produzir alterações na natureza e pouco tempo depois se via os efeitos negativos sobre a qualidade de vida. Grandes movimentos se levantaram produzindo discussões e inquietações a nível mundial a respeito da necessidade de providências para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente. (DIAS, 2003)

Após a Conferência Intergovernamental sobre a Educação Ambiental realizada em Tbilisi, Geórgia, URSS em 1977, cujo produto mais importante foi a Declaração sobre a Educação Ambiental – documento técnico que apresentava as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da Educação Ambiental, entre outros importantes avanços para a sua prática – é que muitos países começaram a buscar e implantar recursos instrucionais para o redirecionamento da Educação Ambiental.

A situação do Brasil foi a mesma da grande maioria dos países pobres, ou seja, onde justamente a Educação Ambiental seria necessária por conta da notória capacidade de degradação da qualidade de vida, ela não desenvolveu o suficiente para produzir as transformações necessárias quanto a essa questão. Isso não quer dizer que ela foi colocada à margem de outras “educações”. Na verdade, alguns avanços foram alcançados por parte de órgãos estaduais do meio ambiente, entre eles, a distinção entre Educação Ambiental e Ecologia. (DIAS, 2003)

Para Loureiro (2007), na atualidade, a Educação Ambiental assume um papel de grande relevância na formação socioambiental de cidadãos conscientes e responsáveis. É por meio dela que se pode desenvolver a construção de novos conhecimentos e ajudar na compreensão do mundo globalizado, entendendo que neste mundo, a Educação Ambiental já ocupa no currículo escolar, uma cadeira que integra exemplos teóricos e práticos, permitindo a construção de um raciocínio crítico e reflexivo e possibilitando a visão de novas formas de desenvolver as atividades humanas visando à preservação do meio ambiente.

Mas, não se pode pensar que ela, por si só, pode mostrar quais os caminhos que o professor e a escola devem adotar para que seus alunos de diferentes níveis de ensino compreendam a necessidade de mudança de comportamento, portanto,

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. (JACOBI, 2003, p. 1)

As escolas são espaços privilegiados para a implementação de atividades que propiciem reflexões, promovendo a sensibilização do público em relação ao seu próprio ambiente, para envolvê-lo na resolução dos problemas da sociedade, considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço.

Os alunos necessitam de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar.

Para que os alunos desenvolvam as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, devem possuir conhecimentos biológicos, contribuindo com a sociedade ao mesmo tempo em que adquirem conhecimentos e habilidades, fazendo-se pensar nas alternativas para soluções dos problemas ambientais e ajudar a manter “vivos” os recursos naturais para as futuras gerações.

A formação de educadores e formadores de opinião através da Educação Ambiental facilita a construção do conhecimento e saber ambiental, levando a todos os setores informações, tecnologias e práticas sustentáveis que possam agir de forma interdisciplinar e integrada entre todos os setores e atores da sociedade. Isso porque a Educação Ambiental contempla a dimensão ambiental, mas também estimula a construção de uma nova ética e comprometimento do cidadão com seu espaço de vida. (CAVALHEIRO, 2008)

Nesse sentido, a Educação Ambiental deve proporcionar os conhecimentos científicos e tecnológicos aos cidadãos e as qualidades morais necessárias que lhes permitam desempenhar um papel efetivo na preparação e no manejo de processos de desenvolvimento que sejam compatíveis com a preservação do potencial produtivo do meio ambiente.

A abertura dos campos disciplinares a uma perspectiva ambiental e a sistematização de um saber ambiental que possa ser incorporado às práticas acadêmicas requer, em última

análise, a reformulação dos conhecimentos dos docentes e o espraiamento de uma nova cultura. Tais processos implicam medidas institucionais voltadas à criação de novos espaços acadêmicos que favoreçam relações dialógicas e interdisciplinares. (CADERNOS SECAD, 2007)

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) observando a necessidade imperiosa de recursos e metodologias instrucionais de Educação Ambiental em toda e qualquer escola e a grande indisponibilidade de materiais didáticos na grande maioria das escolas públicas brasileiras, é que surgiu o interesse de uma verificação objetiva acerca dessa deficiência real no tratamento da Educação Ambiental nas instituições de ensino que oferta a educação básica, considerando-se que a abrangência dessa modalidade de educação não deve ser meramente ecológica, considerando o ser humano como agente e paciente das transformações intencionais por ele produzidas no seu ambiente.

[...] os PCNs procuram dar resposta às contradições entre a necessidade de dar um espaço próprio ao estudo do meio ambiente e a natureza intrinsecamente interdisciplinar e transversal dos conhecimentos que esta propõe. A proposta de temas transversais, além de modificar a organização tradicional do conhecimento e o funcionamento das instituições escolares, deposita no professor a iniciativa de incorporar temas e desenvolver atividades de natureza local, assim como de proporcionar articulações com outras áreas do conhecimento e com a realidade onde vivem os estudantes. (ZAKRZEWSKI; SATO, 2007, p.126)

Por mais que se fale de sustentabilidade, de consciência ecológica, de responsabilidade social empresarial, e muito mais, a escola, de maneira geral, deve buscar por pedagogias referenciais importantes, capazes de promover interações em todos os níveis que constituem a vida em sociedade.

A Educação Ambiental está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida, buscando desenvolver mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora da realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes e competências voltadas para a construção de um meio ambiente mais saudável.

[...] Educar é transformar pela teoria em confronto com a prática, com consciência adquirida na relação entre o eu e o outro, nós (em sociedade) e o mundo. É desvelar a realidade e trabalhar com os sujeitos concretos, situados espacial e historicamente. É, portanto, exercer a autonomia para uma vida plena, modificando-nos individualmente pela ação conjunta que nos conduz às transformações estruturais. (LOUREIRO, 2004, p.17)

Interessa, pois, salientar que a Educação Ambiental no ensino superior parece ser ministrada com maior competência, pelo menos no que diz respeito à unificação teoria-prática. Porém fica a alerta que:

No relatório final da Conferência de Tbilisi, já encontrávamos recomendações de estratégias para a pesquisa e experimentação em EA. Acentuou-se que todas as atividades nessa área exigiriam igualmente atividades de pesquisa e experimentação sobre as orientações, o conteúdo, os métodos e os instrumentos necessários para a sua execução. [...]. Uma área adicional para a pesquisa deveria ser sobre conhecimentos e atitudes relativos ao ambiente de certos grupos específicos de aprendizes. [...]. A Conferência de Tbilisi deixou orientações para a estratégia da educação e informação para o público, ao acentuar que há uma necessidade de programas de EA que promovam a sensibilização do público, em relação ao seu próprio ambiente para envolvê-lo na resolução dos problemas da sociedade. (DIAS, 2003, p. 95-99)

Sendo assim, pode-se entender que os avanços relativos à forma com que está desenvolvida a Educação Ambiental, tanto nas instituições escolares da educação básica quanto nas instituições de ensino superior, já foram delineados em movimentos e documentos que fundamentaram sua origem e evolução e, se existem inúmeros problemas que dizem respeito ao ambiente, isto se devem em parte ao fato das pessoas não serem sensibilizadas para a compreensão do frágil equilíbrio da biosfera e dos problemas da gestão dos recursos naturais.

As questões ambientais vêm adquirindo uma grande importância na nossa sociedade. Estudos acerca dos problemas ambientais surgem a partir de novos paradigmas que visam uma direção mais sistêmica e complexa da sociedade. Nesse contexto a escola emergiu suas discussões sobre a educação ambiental, com um processo de reconhecimento de valores, em que as novas práticas pedagógicas devem ser responsáveis na formação dos sujeitos de ação e de cidadãos conscientes de seu papel no mundo. (MEDEIROS, *et al*, 2013)

A sociedade não foi nem está preparada para delimitar e resolver de um modo eficaz os problemas concretos do seu ambiente imediato, isto porque, a educação para o ambiente como abordagem pedagógica, apenas aparece nos anos 80. (EFFTING, 2007)

Segundo Andrade (2000) apud Effting (2007), fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente programar um projeto ambiental que irá alterar a rotina na escola, além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos para o desenvolvimento efetivo da Educação Ambiental em qualquer instituição de ensino.

É sabido que para o ensino sobre o meio ambiente, a legislação educacional brasileira propõe conhecimentos em função de sua importância social, do seu significado para os alunos e de sua relevância para a sobrevivência humana, exigindo assim, ações pedagógicas práticas.

Deve-se adotar uma postura interdisciplinar, utilizando conteúdos específicos de cada disciplina procurando analisar a problemática ambiental através de uma visão global e equilibrada. No que se refere à inserção da Educação Ambiental na escola, as ações interdisciplinares, a formação adequada, o aperfeiçoamento e a motivação dos professores para um trabalho crítico e reflexivo. (SANTOS; PRADO, 2011)

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho (PARÂMETROS..., 2000, p. 30).

Entretanto, tradicionalmente, a construção curricular no Brasil foi pautada pelos conteúdos conceituais. Outra tradição da escola brasileira é a de os livros didáticos ditarem o que se deve ensinar aos alunos, sendo assim, tem-se que enfrentar os desafios quando se procura direcionar o conhecimento e as ações para a melhoria das condições de vida no mundo. Um deles é relativo à mudança de atitudes na interação com o meio ambiente, implicando na necessidade de uma Educação Ambiental mais efetiva e integradora.

O tratamento dispensado à Educação Ambiental no sistema público de ensino deve promover o desenvolvimento de atitudes e valores que é tão essencial quanto o aprendizado de conceitos e de procedimentos. Nesse sentido, é necessário que os educadores promovam o questionamento, o debate, a investigação e a aprendizagem coletiva visando à compreensão do meio ambiente como saber prático e fomentador de ações voltadas para sua preservação, conservação e recuperação, uma vez que a realidade de outras instituições públicas de ensino mostra que estas não efetivam o cumprimento dessa responsabilidade.

A instituição é, em primeiro lugar uma formação da sociedade e da cultura, ela possui a sua lógica própria. Instituída pela divindade ou pelos homens, a instituição se opõe ao que é estabelecido pela natureza. A instituição é um conjunto de formas e de estruturas sociais, instituídas pela lei ou pelo costume: a instituição regulamenta nossas relações, ela preexiste a nós e se impõe a nossa presença, ela se inscreve na permanência. Cada instituição é dotada de uma finalidade que a identifica e a distingue. (KÄES, 1998, p.7)

Desta forma, a instituição torna-se capaz de regulamentar relações sociais e, por conseguinte, as relações de poder, a partir de seus pressupostos legitimados pelo costume ou pela lei, a qual pode passar muitas vezes pela própria legitimidade da divindade, que em última análise pode significar a lei máxima. A divindade, ao mesmo tempo, também traz em seu bojo a idéia da permanência e da perpetuação. E este é um ponto importante para a análise da instituição e da institucionalização como fatos ou fenômenos políticos, pois a idéia de permanência e de perpetuação são idéias importantes para esta perspectiva. (SÁNCHEZ; VASCONCELLOS, 2009)

A nova racionalidade social, entendida como racionalidade ambiental precisa ser construída sob uma nova ética entre a existência humana e a transformação social voltada a uma reorientação do progresso científico e tecnológico. Um novo saber científico e tecnológico deve surgir em virtude da crise planetária e civilizatória, exigindo a construção do conhecimento por meio da Educação Ambiental, onde práticas produtivas e atividades políticas intervenham na práxis educativa das relações entre o homem e a natureza. (CAVALHEIRO, 2008)

Oliveira (2000) também citado por Effting (2007), por sua vez, considera que se têm três dificuldades a serem vencidas no processo da efetiva execução da Educação Ambiental no âmbito escolar, mesmo que esse âmbito seja a nível universitário: 1) A busca de alternativas metodológicas que façam convergir o enfoque disciplinar para indisciplinar; 2) A barreira rígida da estrutura curricular em termos de grade horária, conteúdos mínimos, avaliação, etc.; 3) A sensibilização do corpo docente para a mudança de uma prática estabelecida, frente às dificuldades de novos desafios e reformulações que exigem trabalho e criatividade.

Parece faltar a compreensão uma maneira de ver a inter-relação homem/natureza. O fundamental, portanto, é o trabalho de conscientização que vise a criar atitudes práticas de defesa e proteção do meio ambiente. Sob o ponto de vista do professor Ab'Saber (1990), a Educação Ambiental é o conhecimento da estrutura, da composição e da funcionalidade da natureza, das interferências que o homem produziu sobre essa estrutura, essa composição e essa funcionalidade.

Uma nova pedagogia se faz necessária, com práticas que contemplem novas perspectivas e, paralelamente, promovam reações conscientes que mudem as pessoas e ações que produzam novas leituras de um mundo mais humano e solidário.

A Educação Ambiental faz-se cada vez mais necessária, já que este é um tema de relevância social predominante nos assuntos contemporâneos sendo que as sociedades não podem levar em consideração apenas o agora, sem avaliar as consequências de suas ações antrópicas para o futuro. A EA não é compartimentalizada, pois necessita de todas as áreas do conhecimento científico e do currículo escolar, e exige um trabalho conjunto entre a comunidade escolar e local para a construção de conhecimentos significativos e ações participativas do meio em que vivem (QUADROS, 2007, p. 15).

O que a autora indica é que esse trabalho conjunto permita desenvolver relações solidárias de respeito e comprometimento com o meio ambiente em sua totalidade, bem como, modificar o modo de gerenciar os recursos disponíveis no planeta, pois os conflitos naturais de diversas percepções a respeito do meio ambiente exigem uma maior compreensão acerca dos interesses socioeconômicos, considerando-se a oscilação das desigualdades sociais. Ela acrescenta que:

A EA não se preocupa apenas com a aquisição de conhecimento, mas também, fundamentalmente, visa possibilitar um processo de mudança de comportamento e aquisição de novos valores e conceitos convergentes às necessidades do mundo atual, [...] (QUADROS, 2007, p. 16)

É pertinente ressaltar que, para que a EA possibilite mudança de comportamentos e a aquisição de novos valores, ela necessita de algumas trivialidades, entre elas: (I) uma pedagogia liberal que defende a predominância dos interesses e liberdades coletivos na sociedade; (II) da estratégia da “resolução de problemas” para as atividades desenvolvidas; (III) de atividades que venham a ser o centro da pedagogia, permitindo aos alunos o desenvolvimento de uma sensibilização a respeito dos problemas ambientais e buscar formas alternativas de solução; (IV) de técnicas de ensino-aprendizagem que estejam adaptadas concretamente a situações da vida real dos educandos, evitando assim, o ensino puramente teórico. (DIAS, 2003)

Para o mesmo autor, citado em Effting (2007), considerando toda essa importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem essa reflexão, pois isso necessita de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar.

Entretanto, quase sempre as instituições escolares em geral, atuam como reprodutoras de uma cultura não-predatória ao meio ambiente, ou se limitam a apenas repassar

informações. Nesse caso, as reflexões que dão início a implementação da Educação Ambiental, mesmo com atividades de campo, devem contemplar aspectos possam gerar alternativas para a superação desse quadro e que o invertam, de modo a produzir consequências benéficas. (ANDRADE, 2000)

Enfim, é preciso concordar com Effting (2007) quando ela argumenta que dentro de qualquer escola é preciso encontrar meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas degradantes e suas respectivas consequências para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e para o ambiente.

Ela é enfática quando diz que é fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável e isso só será possível a partir de uma pedagogia inovadora, coletiva e prática.

É possível ressaltar que, muitas vezes, é dada à educação formal a incumbência de agenciar mudanças de comportamentos desejáveis na sociedade, e a ela se agregaram várias “educações” (sexual, antidroga, para o trânsito, para a saúde e higiene, para a cidadania, etc.). Dentre elas, nenhuma tem um apelo tão premente e globalizador quanto a Educação Ambiental (talvez pela sua própria natureza integradora que permeia várias áreas de conhecimento) e um impacto tão sério por conta das falhas no seu grande objetivo e/ou função que é o desenvolvimento da consciência crítica pela sociedade em relação à problemática ambiental e a todos os aspectos que a compõe.

RESULTADOS

É preciso enfatizar que quando se trata de discutir a forma com que a Educação Ambiental vem sendo trabalhada na maioria das escolas, o que se vê é que nem sempre ela explicita o peso das relações de mercado, de grupos de interesses, da determinação das condições do meio ambiente, entre outras coisas, sobre os danos ambientais. Por mais que se fale de sustentabilidade, de consciência ecológica, de responsabilidade social empresarial, e muito mais, a escola, de maneira geral, ainda não buscou por pedagogias referenciais importantes capazes de promover interações em todos os níveis que constituem a vida em sociedade.

A Educação Ambiental como um recurso instrucional e social possibilita aos alunos e outros atores das escolas entenderem que as reais consequências de atitudes e/ou ações que degradam o meio ambiente, eventualmente provocadas por eles, podem ser substituídas por ações de preservação e conservação.

Na verdade, o nível de destruição ambiental a que se chegou aos primeiros cinco séculos de história do Brasil é alarmante, e as próximas gerações estarão condenadas a um futuro sombrio se não entenderem os prejuízos ambientais de suas ações de desvalorização e uso irracional dos recursos naturais.

De fato o que pode ser feito é inserir a Educação Ambiental nas escolas, permitindo questionamentos que possa ir além da redução do desperdício de recursos naturais. Nessa concepção, a Educação Ambiental é algo essencialmente oposto à simples transmissão de conhecimentos científicos sobre as questões ambientais, devendo se constituir num espaço de trocas desses conhecimentos e de experiências.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. **O que é Educação Ambiental? Como iniciar o trabalho?** In: Revista Sala de Aula, III, Abril, 1990, p.16.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão.** In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4, 2000, p.17-29.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 175p.

CADERNOS SECAD. **Educação Ambiental**: aprendizes de sustentabilidade. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação. Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) Brasília – DF, março de 2007, p.20.

CAVALHEIRO, J. de S. **Consciência Ambiental entre professores e alunos da Escola de educação básica Dr. Paulo Devanier Lauda**. Monografia de Pós- Graduação da Universidade Federal de Santa Maria RS, p. 14-15, 2008.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo; Editora Gaia Ltda., 2003, 551p.

EFFTING, T. R. **Educação Ambiental Nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. Marechal Cândido Rondon. Monografia (Pós- Graduação em “Lato Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Ciências Agrárias. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007, 78p.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Editora Papirus, 8ª edição, 2007, p. 17-20.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. In: Cadernos de pesquisa, n. 118, 2003, p. 189- 205.

KÄES, R. **L’Institution et les institutions** - Études Psychanalytiques. Paris: Dunod, 1998, p.7.

LIMA, Maria A. J. **Ecologia humana**, Petrópolis: Vozes, 1984.

LOUREIRO, C. F. B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental**, Revista Brasileira em educação ambiental, Brasília, v.0, n. 0, 2004, p.17.

LOUREIRO, D. G. **Educação e Meio Ambiente**. In: TOCANTINS. Fundação Universidade do Tocantins UNITINS/Empresa de Educação Continuada Ltda. EDUCON. Normal Superior. – Palmas: UNITINS / EDUCON, 2007.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: PUCSP, 1997.

108p. (Séries Trilhas)

..... **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

MEDEIROS, M. C. S. *et al.* **Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas.** Disponível em: www.ambito-juridicocom.br. Acesso em 21 de junho de 2013.

OLIVEIRA, E. M. **O Que fazer Interdisciplinar.** In: A Educação Ambiental uma possível abordagem. Brasília, Edições IBAMA, 2000, p.40.

QUADROS, A. de. **Educação Ambiental:** Iniciativas Populares e Cidadania. Monografia apresentada ao curso de Especialização de Pós- Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) Março, 2007, 44p.

SÁNCHEZ, C.; VASCONCELLOS, H. S. R de. **A Institucionalização da Educação Ambiental:** uma perspectiva. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 24 de maio de 2013.

SANTOS, E. T. A. dos. **Educação Ambiental na Escola:** Conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2007, 53p.

SANTOS, F. A. S.; PRADO, M. B. L. **O papel da escola e do educador para uma educação ambiental transformadora:** a compreensão do conceito de Educação ambiental dos professores de Indiaroba/SE. V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão, SE, 2011, p. 8.

SATO, M. *et al.* **Educação Ambiental:** Pesquisas e Desafios. Artmed Editora S. A., 2005, 232p.

ZAKRZEWSKI, S. B.; SATO, M. **Historiando a educação ambiental nos programas escolares gaúchos.** Pesquisa em educação ambiental, São Paulo, v. 2, n. 2, 2007, p.126.

